

Ata nº 7 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. Grupos Parlamentares de Amizade

- **Apreciação do parecer**
- **Deputado Relator:** Paulo Neves - PSD

3. Aprovação das grandes linhas orientadores para a XIII Legislatura e plano de atividades da Comissão para a 1ª Sessão Legislativa

4. Aprovação do Orçamento para a 1ª Sessão Legislativa

5. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- O Grupo Parlamentar do PSD, comunicou as seguintes indicações:
Senhor Deputado Carlos Gonçalves - **Vice-Presidente**
Senhor Deputado José Cesário – **Coordenador**
Senhor Deputado Paulo Neves - **Vice-coordenador**
- Foi lembrado que a análise do contributo da Comissão para a Revisão Estratégica Europeia de Segurança, está agendado para a reunião de 5 de janeiro, sendo Relatora a Senhora Deputada relatora: Isabel Santos - PS

Sobre esta matéria, interveio a senhora Deputada Isabel Santos (PS) para informar que a data limite para apresentação deste documento vai ser adiada, visto existirem dificuldades no acesso à documentação tematicamente relevante, mais informando que na próxima reunião será indicada data concreta para apresentação deste Relatório, de forma a, posteriormente, se proceder à articulação do trabalho com as 3.^a e 4.^a Comissões, a fim de elaborar o documento-síntese final.

- Foi lembrado, ainda, que será agendada para o a reunião do dia 12 de janeiro de 2016 a apreciação do Relatório e Parecer do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes, COM(2015) 610. O Grupo Parlamentar do PSD ainda não informou quem é o Relator.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, indicando o Senhor Deputado Jorge Moreira da Silva como Relator desta iniciativa.

Ponto 2.

Relativamente a esta matéria da OD tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para apresentar o seu Relatório, começando por aludir à ordem de razões em presença, bem como ao critério de abordagem desta problemática. Invocou a necessidade sentida de racionalizar a constituição de Grupos Parlamentares de Amizade (GPA) que vinha do antecedente, propondo uma ordenação em função da relevância dos relacionamentos bilaterais, grupos de países e regiões. Fez notar que se acrescentam agora mais 10 países à lista anteriormente vigente, passando agora a 36, número bem inferior aos anteriores 52.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para afirmar que o teor deste Parecer não reflete o decidido na última reunião em que esta matéria foi focada, designadamente no respeitante à inxequibilidade de existirem GPA's regionais, agrupando países de difícil conciliação institucional. É frontalmente contra a eliminação de GPA's com a Indonésia, Ucrânia e Luxemburgo, pois no primeiro dos casos verificam-se frequentes visitas de alto nível de dignitários indonésios, ao passo que a Ucrânia possui uma forte comunidade residente em Portugal e, no caso luxemburguês, 18% da sua população ser de origem portuguesa. Contrapartida, nunca a Bélgica ou a Holanda manifestaram intenção de constituir GPA's com Portugal. É necessário cuidar do tratamento relativo entre países, de forma a não veicular relações bilaterais de 1.^a e de 2.^a classe, o que seria inaceitável em termos de relacionamento diplomático. A suíça, embora possuindo forte comunidade portuguesa, nunca manifestou grande interesse em constituir GPA. Entende dever ser assegurada uma margem de reserva "além-quadro", cobrindo casos de eventual pendência e aprofundamento do relacionamento bilateral.

Interveio o Senhor **Presidente** para sublinhar o quão problemática se afigura a constituição de GPA's regionais, nomeadamente em face da necessidade de garantir a satisfação do princípio da reciprocidade.

Interveio a Senhora **Deputada Assunção Cristas (CDS/PP)**, vincando a inoperacionalidade dos GPA's regionais que também viola o princípio de que nenhum Deputado pode integrar mais do que 3 Grupos. Concretizou que a Noruega, excluída deste Parecer, é atualmente financiadora de Portugal e que a Colômbia é uma forte aposta na internacionalização da economia portuguesa.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para sublinhar existirem questões merecedoras de alguma reflexão adicional, como é o caso dos Grupos regionais.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para defender fazer mais sentido que o Relatório exprima a posição consensualizada da Comissão e não a opinião do seu autor.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para sublinhar a existência de GPA's regionais em quase todos os Parlamentos e a necessidade de a almejada redução de Grupos ter de obedecer a um critério. Manifestou-se, porém, aberto a contributos e alterações ao teor do seu Relatório.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para sublinhar não dever confundir-se a lógica dos Grupos regionais com a subjacente aos bilaterais, bastando atentar na lógica de abordagem aos países bálticos, cujas posições são quase sempre conjugadamente comuns e têm interesse em participar conjuntamente num GPA com Portugal.

Na tentativa de promover uma solução de consenso, interveio o Senhor **Presidente** para frisar a necessidade de que este Relatório possa exprimir a posição institucional da Comissão. Neste sentido, propôs a eliminação da lógica de agrupamentos regionais, com exceção dos países bálticos __ lembrando que a Embaixadora da Lituânia em visita recente recomendou tal solução __, bem como a transferência da Noruega e Luxemburgo para o âmbito bilateral.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para lembrar que a proposta do PS comportaria cerca de 40 bilaterais. Concorde com a solução para os bálticos, desde que desagregados da Escandinávia. E é contra a agregação dos países balcânicos com a Grécia. Lembrou a necessidade de existir Grupo com a Indonésia.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para anunciar a remoção dos Grupos regionais, propondo o aditamento de bilaterais com a Ucrânia, Noruega, Colômbia, Chile, Indonésia, Luxemburgo, Grécia, Egípto e arábia Saudita, adotando, excecionalmente, a lógica regional, apenas, para os países bálticos.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** manifestando-se contra a previsão da Arábia Saudita do elenco dos Grupos bilaterais, dado não se tratar de uma democracia e não preencher alguns outros requisitos previstos no próprio Regimento da Assembleia da República. Relembrou que à data da constituição do referido Grupo no antecedente, existiram casos de Deputados que se recusaram participar na respetiva reunião.

Interveio o Senhor **Deputado Fernando Negrão (PSD)** lembrando ter sido o fundador do GPA com a Arábia Saudita, decorrente de proposta em tempo apresentada pelas Reações Internacionais do Parlamento e sob pedido da própria Embaixada. Todos os Deputados estiveram presentes nessa decisão, tendo havido oportunidade de demarcação de posições politicamente firmes acerca, por exemplo, dos direitos das mulheres. Sublinhou não ver idêntica posição do BE relativamente a Cuba, onde também existe uma ditadura.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** lembrando que se a apreciação for feita à luz do pleno respeito pelos Direitos Humanos, então, à Arábia Saudita deverão juntar-se o Irão e Cuba, sem esquecer os preocupantes casos da Roménia, Hungria, e Ucrânia, onde já se verifica fuga de cidadãos de origem judaica.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para frisar estar que está fundamentalmente em causa neste tipo de Grupos é a possibilidade de aproximar povos e Parlamentos e não de fazer prevalecer o conceito ocidental de democracia, tendo de haver o conveniente realismo quanto ao interesse neste tipo de instrumentos de cooperação, devendo aceitar-se que Grupos Parlamentares votem contra ou não desejem integrar determinados GPA's.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para sublinhar que nem mesmo nos países que falam português a situação política é exemplar. A proximidade histórica e a língua comum podem ser fatores que suplantam a democraticidade aparente das decisões. Embora a Arábia Saudita deixe muito a desejar em termos de democracia, o facto é foi este país a manifestar fortemente a intenção de constituir GPA. Defendeu que a questão deste país deve ficar "adormecida".

Interveio o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** para declarar que não inviabiliza a Arábia Saudita, mas não pretende integrar tal GPA.

Interveio o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para lembrar a presença de uma senhora do GPA com a Arábia Saudita que se apresentou em *burka* e teve de ser conduzida

ao aeroporto. Estamos, neste caso perante uma ditadura denegativa de elementares direitos humanos.

Fazendo um ponto de ordem, o Senhor Presidente sumariou como solução consensualizável, a que integre um Grupo do Báltico, o Luxemburgo, a Noruega, a Arábia Saudita e, de forma a não ferir suscetibilidades diplomáticas e tendo em conta o equilíbrio das relações de Portugal no mundo árabe, também o Irão, com quem Portugal, aliás, tem vindo a aprofundar o relacionamento bilateral em diversos domínios.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para discordar relativamente à criação de um GPA com a Austrália.

No que foi secundado pelo Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)** que informou ter a Austrália fito cessar o GPA com Portugal, passando a integrar um GPA com o Sul da Europa.

Referiu o Senhor **Deputado Fernando Negrão (PSD)** que a Espanha não tem GPA com Portugal, violando assim a regra da reciprocidade, aspeto a ter em conta na eventual previsão deste Grupo.

Efetuiu de seguida o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** a descrição do plano revisto de GPA's com os seguintes países, a incluir no Parecer da CNECP: África do Sul, Alemanha, Andorra, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Chile, China, Colômbia, Cuba, Egipto, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Índia, Indonésia, Irão, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Marrocos, México, Moçambique, Noruega, Palestina, Paquistão, Peru, Polónia, Reino Unido, Rússia, São Tomé e Príncipe, Suíça, Timor-Leste, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.

No domínio multilateral, apenas o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento.

Ficou em aberto a possibilidade, com a qual a Comissão concorda, de vir a constituir um Grupo Regional que agrupe os países do Báltico, caso este venham a manifestar tal intenção.

Submetido o Parecer a votação por parte do Senhor Presidente, foi o mesmo aprovado por maioria dos Deputados presentes, com voto contra do BE.

Pontos 3. e 4.

Propôs o Senhor **Presidente da Comissão** que os assuntos referentes a estes pontos fossem tratados conjuntamente, no que obteve unânime concordância. De seguida,

sumariou todo o processo que foi sendo desenvolvido em ambos os dossiês, nas diversas reuniões de coordenadores, convidando os Senhores Deputados a pronunciarem-se acerca dos documentos finais elaborados e já distribuídos.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que realçou o facto do produto sob análise ter resultado de uma sucessiva aproximação geral de posições com base nas propostas apresentadas por cada força política, e exprimiu a confiança do seu Grupo Parlamentar no Presidente e na Mesa para efeitos de calendarização das diferentes atividades programadas. Entende possuírem prioridade a definição das audições regimentais com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, audição sobre refugiados e a realização de audições com os embaixadores recém-indigitados para os postos de Luanda, Nova Deli e Cantão.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para sinalizar a concordância do PS relativamente aos documentos sob análise, realçando, porém, a necessidade de existir flexibilidade suficiente para que a Comissão possa adaptar-se a necessidades políticas conjunturais. Deu particular enfoque à realização de reuniões com Comissões homólogas de outros Parlamentos.

Interveio a Senhora **Deputada Assunção Cristas (CDS-PP)** para dar a concordância do seu Grupo Parlamentar, pois o resultado apresentado reflete o trabalho desenvolvido pelos coordenadores. Entendeu, ainda, louvar o trabalho desenvolvido pelos Serviços da Comissão neste domínio.

Interveio a senhora Deputada Carla Cruz (PCP), sublinhando que o trabalho agora analisado resultou de um esforço coletivo, ilustrando uma vontade consensualizada. Frisou, ainda, que a estruturação das atividades não impede que o PCP exerça potestativamente o direito de indicar outras tarefas ou atividades pontuais.

Submetidos a votação, os projetos de orçamento para a 1.^a sessão legislativa da XIII legislatura, bem como o Plano de Atividades da Comissão para idêntico período, foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

Ponto 5.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para que possa ser clarificada a questão da participação dos Deputados no Seminário Diplomático, dado ter conhecimento de convites já formulados a Deputados de outras Comissões. Sugeriu, ainda, que a comissão

preparasse um texto com tomada de posição formal acerca do incidente verificado com o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para secundar a posição do PSD relativamente à tragédia ocorrida com o incêndio do referido Museu. Quanto ao Seminário Diplomático, afirmou desconhecer que algum Deputado, independentemente da Comissão a que pertença, tenha já recebido convite.

Interveio o senhor Presidente, informando não ter recebido nem os Serviços, qualquer dado relativamente à participação de Deputados no Seminário Diplomático, tendo os serviços ficado incumbidos de proceder à conveniente averiguação, bem como à elaboração de um projeto de comunicação, manifestando a consternação pela infeliz ocorrência de São Paulo, tendo por destinatários o Governo estadual e a Fundação que gere o Museu.

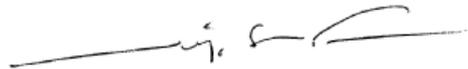
Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 17 horas e trinta minutos, endereçando a todos os presentes votos de Boas Festas, no que foi amplamente retribuído.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20151222.mp3

Palácio de S. Bento, 22 de Dezembro de 2015

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Lara Martinho
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Assunção Cristas
Carla Cruz
Fernando Negrão
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
Maria Germana Rocha
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/09/2016.